



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

Pietro Marco Brandão Cesar

A violência nossa de cada dia:
Analisando e compreendendo a violência no discurso político sob a perspectiva psicanalítica

SÃO PAULO
2024

Pietro Marco Brandão Cesar

A violência nossa de cada dia:
Analisando e compreendendo a violência no discurso político sob a perspectiva psicanalítica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
realizado sob a orientação da Professora Solange
Aparecida Emilio.

SÃO PAULO
2024

Resumo:

O projeto em questão propõe-se a analisar a problemática da violência política do Brasil e suas raízes históricas e culturais através de uma perspectiva psicanalítica, fazendo principalmente o uso de artigos relacionados ao tema. O objetivo principal da pesquisa é de identificar e analisar as causas e efeitos da violência política no brasileiro atual através da discussão de suas definições, implicações no capitalismo e nas desigualdades sociais, além de seu papel na manutenção do status quo que rege a sociedade. Discutido isso, conclui-se a pauta com a fala a favor do exercício uma psicanálise mais ativa que se posiciona fora de um lugar de neutralidade perante pautas sociais. Como meio de conduzir a pesquisa foram utilizados como base da discussão os conteúdos de oito artigos por meio do método da revisão bibliográfica integrativa. Após análise, foi observado como a violência política está enraizada na cultura brasileira desde a colonização e como sua normalização no cotidiano foi cúmplice na criação de uma recusa generalizada em reconhecer e elaborar os próprios sofrimentos, dando vazão para agressividades perante qualquer elemento que ameace a mudança no cenário social e político.

Palavras-chave: psicanálise, violência, política, Brasil.

Sumário:

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	MÉTODO.....	7
3.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	11
4.	DISCUSSÃO.....	14
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
6.	REFERÊNCIAS.....	22
7.	ANEXO A	24
8.	ANEXO B.....	25
9.	APÊNDICE A.....	26
10.	APÊNDICE B.....	27

Introdução:

Como afirmam Schwarcz e Starling em seu livro “Brasil: Uma biografia”(2015): a violência está profundamente encravada na mais remota história do Brasil. Último país do Ocidente a abolir a escravidão, a sociedade brasileira possui pilares e raízes firmados sobre uma densa plataforma de desigualdade social e racismo que embora silencioso, é igualmente perverso (Schwarcz; Starling, 2015 p.14).

Isso é dito pois, mesmo que não existam no corpo da lei quaisquer legislações que validem as formas de discriminação, é fato que pessoas pobres e, sobretudo, de populações negras, sejam vítimas de menor expectativa de vida, maior culpabilização da Justiça e possuam menos acesso a direitos básicos (Schwarcz; Starling, 2015 p.15). Nossa cultura até hoje sangra dessa herança da segregação e desigualdade dos tempos da escravidão, permitindo os sintomas do ódio destilarem (e se justificarem) através das tradições de uma sociedade amplamente conservadora que insiste em manter linhas de pensamento retrógradas e perigosas através de ideologias que, como tatuagem, tentam ter o poder de se sobrepor à sociedade e impor suas realidades (Schwarcz; Starling, 2015 p.18); o modelo perfeito para as várias formas da violência, nesse caso, política.

De acordo com o “Relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil” (2020), escrito por Élide Lauris e Maurício Hashizume e publicado pela Terra de Direitos em conjunto com a Justiça Global (ambas organizações de direitos humanos), existem quatro causas para a violência política, que podem ser classificadas como:

- As fundamentadas em questões étnico-raciais e culturais-religiosas, que variam desde episódios de racismo e discriminação étnico-cultural, ressaltadas através de aspectos estruturais fortemente enraizados na nossa história por meio das atividades políticas e sociais.
- As fundamentadas em questões de gênero e orientação sexual, sobressaindo os casos de violência contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, trans e etc. como principais vítimas de um contexto hetero-patriarcal.
- As partidárias e ideológicas em que principalmente se destaca o choque de interesses entre indivíduos, grupos e instituições estabelecidos com fins políticos em suas disputas por poder nas instâncias eleitorais e burocráticas.
- As econômicas e territoriais, o que necessariamente engloba conflitos causados pela disputa territorial, esses territórios vinculados a setores rentáveis em que se verificam poderosos lobbies.

A necessidade de discutir sobre o tema da violência como discurso político vem com base numa explícita demanda por reflexão observada nos últimos anos. Discussões ideológicas povoam o cotidiano popular do brasileiro médio que, exposto a essas ideologias, torna-se refém de uma sociedade que, com gosto, deixa ser regida e sobreposta por ideais que produzem a própria realidade (Schwarcz; Starling, 2015 p.18). Um claro sintoma dessa cultura das narrativas baseadas em ideologias é a tendência brasileira a crer em “milagres” por meio de um mecanismo de evasão coletiva que tem como tendência a crença numa milagrosa, ou como definido por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Raízes do Brasil” (1936) como: um “bovarismo nacional” (Holanda, 1936 *apud* Schwarcz; Starling, 2015, p.16); termo que origina-se da personagem Madame Bovary, definindo especificamente o estado psicológico de alteração do sentido da realidade caracterizado pela frustração das ilusões e frustrações diante da realidade (Schwarcz; Starling, 2015, p.16).

Independente do histórico campeão em desigualdade social, é vendido ao brasileiro, seja pela propaganda ou pelos discursos que vêm do exterior, a noção de que o país é quase que um paraíso hospitaleiro de valores exóticos, que acolhe e integra povos de todos os tipos (Schwarcz; Starling, 2015 p.18). Essa falsa noção de coletividade cria uma névoa de ignorância sobre a nação, dando cabo à ilusão de uma utopia.

É claro, o país possui sua porção de “milagres”, visto que é inegável seu clima agradável, a ausência de catástrofes naturais, ou ódios declarados e reafirmados no campo institucional (Schwarcz; Starling, 2015 p.18). Porém, como já dito antes, esse é um país de preconceitos silenciosos e contradições perversas, não uma terra da promessa e eterno futuro (Schwarcz; Starling, 2015 p.18).

A visão ignorante, anestesiada pela busca incessante pelo milagre de cada dia, sustenta uma fantasia que teima em solidificar (muitas vezes de forma violenta) suas defesas contra a invasão de uma realidade não tão bonita assim. Por isso, é claro, criam-se as narrativas, possibilitando crenças de que, por exemplo, a queda de um governo seja o pontapé para a ascensão econômica e social do país, o que sabemos que não passa de uma falácia usada com fins políticos para explorar a vulnerabilidades da nação e subir na hierarquia de poder.

Considerando tudo que foi trazido até então, a justificativa da escolha do tema se calca principalmente na experiência universitária haja vista que, na produção de pensamento, a juventude anseia por mudanças e possui grande repertório de críticas que se acumulam mais e mais em suas trocas cotidianas. Estamos diretamente inseridos na vida política e, de certa forma, nossos ideais representam o futuro que pretendemos construir.

Dito isso, a discussão acerca do lugar da violência na política parece ser, por si só, de grande utilidade pública. Dessa forma, por meio da análise e discussão sobre essa violência, é esperado que se possa almejar o exercício das boas práticas de expressão política e, por assim dizer, seja produzido conteúdo que fortaleça a luta pela reversão de quadros de segregação de direitos sociais.

O objetivo principal da pesquisa é analisar e discutir os efeitos da exposição às violências na saúde mental do brasileiro e explorar se esses efeitos podem ser evitados. As definições de violência e sua presença normalizada no cotidiano contemporâneo, o papel do capitalismo e das desigualdades sociais como causas de conflitos, e a posição da psicanálise nessas questões são pautas abordadas no estudo como forma de achar uma resposta significativa.

É difícil apontar com precisão em que momento da história de fato nasceu a violência. Em seu livro, “Totem e Tabu” (1913), Freud nos apresenta um mito das origens, introduzindo-nos a ideia de que a violência nasce ao ser consumada através de um ato único e singular: o assassinato; assim iniciando a transição da natureza para a cultura (Freud, 1913 *apud* Kon; Silva; Abud, 2017, p. 59). Da morte do tirano (detentor do gozo) que antes liderava a horda primitiva funda-se o contrato social, surge o pai (ou Deus), a lei, e os irmãos, restando à civilização a regulação dos laços entre os membros da comunidade. Isso traz a ideia de que o advento da cultura se deu através de uma ação coletiva e conspiratória articulada pelo ódio em comum entre sujeitos contra outro considerado maléfico (Freud, 1913 *apud* Kon; Silva; Abud, 2017, p. 59). Ou seja, seguindo esses preceitos, a base fundadora da cultura é a própria violência.

Entretanto, analisar a epistemologia da violência como mecanismo que rege a sociedade humana é apenas raspar na superfície de um pote de sorvete fundo e cheio de camadas; o fenômeno da violência não é somente restrito à agressividade, mas também a exigências narcísicas (Costa, 1984 *apud* Kon; Silva; Abud, 2017, p. 61). Além de suas várias instâncias, causas e desejos, a violência se apresenta de várias formas, é usada com inúmeros propósitos e está presente em nossos cotidianos como um aspecto natural da vida; uma certeza quase tão inevitável quanto a morte.

A violência é essencial no exercício da política, visto que a segunda tem seu poder garantido através da legitimação da centralização e uso organizado da força (Lauris; Hashizume, 2020, p. 11). Chama-se violência política aquela que consiste no uso intencional de recursos provenientes de poder e força com o intuito de alcançar objetivos de ordem política (Lauris; Hashizume, 2020, p. 11). A utilização desses recursos pode se manifestar em

atos de violência física, simbólica ou psicológica; sustentar-se em alternativas de ação individual ou coletiva, seja difusa, organizada ou isolada; pode envolver episódios de grande demonstração de intimidação psicológica ou força física; ou expor danos causados a adversários, marcando a experiência social (Lauris; Hashizume, 2020, p. 11).

Tendo isso em vista, vale lembrar também que, no exercício da política, a opressão realizada através da violência é validada pelas leis, escritas pelos homens detentores do poder; resíduo do exercício da dominação, seja essa aquela do tirano descrito no mito proposto por Freud, ou nas origens históricas do Brasil, enraizadas na opressão e sustentadas nas costas dos escravos e dos povos originários (Kon; Silva; Abud, 2017, p. 61).

Método:

O trabalho em questão foi feito com base no método da revisão bibliográfica integrativa, que consiste em resumir e consultar o passado da literatura empírica ou teórica, a fim de compreender algo em específico e traçar análises acerca de conhecimentos já construídos sobre o tema em questão (Broome, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A síntese dos vários estudos publicados (e coletados) permite a geração de novos conhecimentos e discussões, pautando-se principalmente nos resultados do material produzido anteriormente (Mendes; Silveira; Galvão, 2008; Benefield, 2003; Polit; Beck, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

A utilização do termo “integrativa” surge da ideia da integração das opiniões, ideias e conceitos coletados das pesquisas selecionadas a partir do método (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A contribuição para o desenvolvimento de teorias com potencial para construir ciência, proporcionada por uma revisão integrativa bem feita, faz-se pela apresentação do estado da arte de um tema (Whitemore; Knafl, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Exatamente por visar a integração, a revisão integrativa possibilita a utilização de um repertório constituído por estudos com metodologias diversas, experimentais ou não (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Entretanto, é certo que os pesquisadores devem se alertar no momento de reunir o material usado na revisão, visto que autores sem critérios sistemáticos e/ou métodos explícitos e bem estruturados, possuem considerável margem para erros e isso certamente deve ser evitado (Whitemore; Knafl, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Outro cuidado a ser tomado é a para não extrair dados de forma incorreta, excluindo as fontes primárias e/ou mal-interpretá-los, visto que esses também são riscos em qualquer fase da revisão (Whitemore; Knafl, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Considerando as fases de uma revisão integrativa, Botelho, Cunha e Macedo (2011), através de seus estudos, planificam um esquema de seis fases descrevendo com rigor, considerado extremamente importante (Mendes; Silveira; Galvão, 2008 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011), os passos que devem ser seguidos ao realizar uma revisão integrativa. Segundo os autores, essas etapas consistem em:

Primeiramente, identificar o tema e selecionar o problema a ser discutido. A fim de dar início à discussão idealizada, deverá ser formulada uma pergunta clara e específica (Silveira, 2005; Ursi, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011) que servirá de objetivo final. Além disso, para responder a questão devidamente, também é necessária a definição da base de dados utilizada na pesquisa, das estratégias de busca de dados e dos descritores (Broome, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011), que serão definidos com base na

pergunta. Essa etapa deve ter seus passos bem relacionados e visar uma linha de raciocínio sistemática, a fim de exercer o propósito de dar direção para a construção da pesquisa, prezando o raciocínio teórico enquanto mantém-se fundamentada nas definições aprendidas de antemão pelo pesquisador.

A segunda etapa da revisão integrativa consiste na busca nas bases de dados selecionadas e no estabelecimento dos critérios de seleção e exclusão que serão utilizados para compor o repertório do material usado na construção da base teórica da pesquisa. É esperado nesta etapa que a seleção comece de forma mais abrangente e vá aos poucos afunilando conforme o pesquisador retorna à pergunta inicial, afinal a pesquisa da literatura nem sempre é linear (Broome, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Assim como a pergunta, os critérios de seleção dos materiais reunidos deve ser clara e específica (Ganong, 1987 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011), embora sejam sujeitos a reorganizações no decorrer do processo da busca e elaboração da revisão (Ursi, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Na terceira etapa serão apurados os estudos selecionados através da leitura de seus títulos, resumos e palavras-chave, utilizando-se do rigor e critérios até então definidos. Caso nem título, resumo e palavras-chave sejam suficientes para adequar o material aos critérios específicos, é orientada a leitura integral do artigo em questão. Concluído o procedimento, é elaborada uma tabela contendo os estudos pré-selecionados, baseando-se nos critérios utilizados.

A quarta etapa é caracterizada pela categorização dos materiais selecionados, tendo como objetivo sumarizar e documentar o conteúdo extraído dos artigos encontrados de forma fácil e concisa, através de categorias analíticas que podem ser representadas através de forma descritiva, apresentando os dados mais relevantes do respectivo artigo (Broome, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Entre os conteúdos achados nos artigos devem estar: tamanho da amostra e quantidade de sujeitos, metodologia, mensuração de variáveis, métodos de análise e teorias e/ou conceitos utilizados como base (Ganong, 1987 *apud* Botelho; Cunha; Macedo; 2011). É orientado o uso da matriz de síntese como principal instrumento utilizado para analisar criticamente separadamente cada artigo enquanto conserva suas diferenças, seja em nível metodológico ou quanto aos resultados encontrados nas pesquisas (Klopper; Lubbe; Rugbeer, 2007; Ursi, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Independente das orientações anteriores, o uso da matriz depende da criatividade do próprio pesquisador, servindo de ferramenta na interpretação e construção da redação da revisão integrativa (Klopper; Lubbe; Rugbeer, 2007 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Ou seja, a matriz deve contar com informações acerca de aspectos da investigação, permitindo ao pesquisador uma visão geral dos materiais e os dados que apresentam. Para alguns autores, não existe forma correta (ou incorreta) em fazer uma matriz, apenas matrizes funcionais ou não (Miles; Huberman, 1994 p. 240-241 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011), dependendo então da forma que os dados são organizados.

Como quinta etapa do processo, inicia-se a análise e a interpretação dos resultados achados nos textos selecionados ao decorrer da revisão. O principal objetivo do combo entre análise e interpretação é de levantar as lacunas presentes no conhecimento já existente e sugerir pautas para estudos futuros (Ganong, 1987; Mendes; Silveira; Galvão, 2008 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A fim de validar os achados do estudo, o pesquisador deve explicitar quais as lacunas com que se deparou e quais as possíveis rotas que futuros pesquisadores poderão tomar em suas próprias leituras (Ursi, 2005 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Por fim, a sexta etapa lida com a síntese do conhecimento recolhido, propondo-se a apresentar a revisão feita, fornecendo informações sobre o estudo que possibilitem sua replicação e, além disso, permitam que possíveis leitores avaliem a pertinência dos critérios, instrumentos e procedimentos utilizados na revisão integrativa. Basicamente, a última parte serve para repassar e contemplar as fases da pesquisa.

A princípio, o trabalho em questão propõe-se a analisar e discorrer acerca da aplicação da violência como discurso político, fazendo principalmente o uso de artigos escritos em língua portuguesa publicados entre 2016 e 2022.

Como principal base para coleta de dados, foi utilizada a biblioteca de revistas científicas SciELO (Scientific Electronic Library Online) sendo os principais descritores usados “violência and política and Brasil”; “violência and política or psicanálise”.

O critério usado para seleção dos conteúdos envolveu a prioridade a estudos de base teórica psicanalítica que analisassem as origens da violência e abrissem espaço para sua interpretação subjetiva e, se possível, psíquica. Além disso, foi usado como critério a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados, visando estabelecer a relação entre seus conteúdos e o tema escolhido; assim como a presença (ou não) de discussões sobre pelo menos uma das formas de violência explicadas na primeira edição do “Relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil” (2020). Sendo elas: de causas partidárias e ideológicas; de causas fundamentadas em questões de gênero e orientação sexual; de causas econômicas e territoriais; e de causas fundamentadas em questões étnico-raciais e culturais religiosas (Lauris; Hashizume, 2020 p. 22-23).

O caminho escolhido para traçar a pesquisa justifica-se no fato de que através da discussão proposta possam ser construídas novas reflexões acerca do uso normalizado da violência como forma de discurso político na atualidade e a problematização necessária quanto a essa realidade. A escolha da psicanálise surge de uma necessidade em entender os fenômenos sociais de maneira subjetiva, visando certa atenção às causas e efeitos dos discursos da natureza descrita na psique do brasileiro contemporâneo. Para isto, a fim de sustentar a base teórica escolhida, trabalhos e conceitos desenvolvidos por Freud, Lacan e outros psicanalistas, foram contemplados no decorrer da realização do estudo.

Apresentação dos resultados:

Seguindo com os critérios previamente definidos, (até agora) foram reunidos nove artigos, de publicação datada entre 2016 e 2022, com o objetivo de dar base teórica para a pesquisa. Até então, dos nove selecionados, apenas um foi descartado.

Ao fim do documento, na página 23, está localizado o apêndice A, onde constam numa planilha as possíveis causas de violência política citadas no “Relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil” (2020) e quais são mencionadas/representadas nos respectivos artigos usados na pesquisa; e, na página 23, o apêndice B, onde são dadas breves descrições sobre os conteúdos de cada um dos artigos mencionados na pesquisa.

O texto “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados” (2020), é um artigo escrito por Tássia Rabelo de Pinho e foi inicialmente pré-selecionado com base em seu título. Trata-se de uma pesquisa documental baseada na observação dos dados disponibilizados pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (Pinho, 2020). O estudo fala sobre a violência política com causas baseadas em gênero, entretanto, com uma especificação interessante; se pauta principalmente nos casos de denúncias realizadas por parlamentares mulheres em relação a abusos e violências sofridas no contexto do Congresso Nacional entre os anos de 2002 e 2018.

O artigo “Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak” (2017) escrito por Bruno Simões Gonçalves foi selecionado em detrimento de seu título que faz referência à violência política com causas fundamentadas em questões étnico-raciais e culturais-religiosas. No texto, por meio da consulta à literatura científica, nas observações de campo e na análise das entrevistas (Gonçalves, 2017), Gonçalves busca expor os efeitos traumatizantes acarretados à população indígena Krenak durante a época da ditadura militar, tanto em nível individual quanto coletivo (Gonçalves, 2017).

O artigo “Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero” (2019) escrito por Samira de Moraes Maia Vigano e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin foi inicialmente pré-selecionado por conta de dois de seus descritores. O artigo tem como um dos seus principais focos a construção e implementação de políticas públicas em combate à violência referenciada em seu título, mas também se propõe a fazer uma leitura histórica acerca dos mecanismos que motivaram a luta feminista. A realização da pesquisa se deu através de uma revisão bibliográfica proveniente de leituras dos estudos de gênero e sexualidade no curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade

Federal de Santa Catarina, assim como também de estudos iniciados no Doutorado em Educação (também da mesma universidade).

O artigo “Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020” (2022), escrito por Felipe Borba, Vinícius Israel, Miguel P. Carnevale e Pedro Bahia foi pré-selecionado pela leitura do seu título e a presença de dois descritores usados. Sua realização se deu através da leitura de documentos, notícias e artigos sobre o tema, além de envolver a produção de um modelo log-linear sob o paradigma bayesiano, anexo B localizado na página 22. Um dos principais focos do artigo é analisar ocorrências de violência de causas políticas durante o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, tendo como objetivo trazer a discussão teórica acerca da violência eleitoral como um tipo de violência política (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022). Por fim, nos resultados encontrados, embora na amostra de casos analisados (485 casos) a maioria das vítimas sejam homens brancos de alta escolaridade filiados a partidos de centro-direita, o gráfico produzido revelou a maior probabilidade de tais violências acarretarem políticos não brancos e de baixa escolaridade (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022).

O artigo “QUEM PAGA O PATHOS? PSICANÁLISE E CLÍNICA SOCIAL” (2022), escrito por Fernanda Pacheco-Ferreira e Roberta de Oliveira Mendes foi pré-selecionado com base no seu título e os descritores usados. A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica bastante apoiada em conceitos e obras da psicanálise. O artigo gira em torno de testemunhos e debates sobre a prática psicanalítica comprometida com as dimensões políticas e sociais, interessada em expandir os horizontes de atuação (Ferreira; Mendes, 2022).

O artigo “A violência doméstica e racismo contra mulheres negras” (2020), escrito por Christiane Carrijo e Paloma Afonso Martins é uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas com três mulheres negras vítimas de violência doméstica. Embora possua dois dos descritores procurados, que seu título se encaixe nos critérios de pré-seleção, o artigo procura manter o foco nas questões referentes à violência contra mulheres negras no contexto doméstico, visando também discutir quanto ao lugar das políticas públicas no combate a essa violência. Logo, visto que o tema proposto para a pesquisa busca desenvolver reflexões e discussões sobre o uso da violência como base de discurso político, e que outros artigos selecionados dissertam sobre o tema de forma mais coerente com os objetivos da pesquisa, o artigo em questão foi descartado.

“Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. Psicanálise e política, 1920 e 2020” (2022) é um artigo escrito por Marta Maria Assumpção Rodrigues que disserta sobre a violência sob o viés da psicanálise, principalmente no que se diz respeito à gestão bolsonaro,

traçando paralelos entre os tempos atuais com o contexto da gripe espanhola em 1920. O artigo se desenvolve com base numa revisão bibliográfica que passa principalmente por obras de autores psicanalistas. Para pré-seleção, foram considerados ambos título e descritores do artigo. O artigo tem também o objetivo de expor, discutir e criticar os posicionamentos políticos feitos pelos líderes brasileiros durante a alta da pandemia do Covid-19, discorrendo sobre as violências e os negacionismos bastante disseminados, além do luto e desamparo aos quais o povo brasileiro foi submetido durante o período.

O artigo “Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica” (2022), escrito por Miriam Debieux Rosa foi pré-selecionado baseado no ano de sua publicação, na leitura de seu título e a presença do descritor “psicanálise”. O artigo se desenvolve através da revisão bibliográfica e da síntese das discussões sobre sofrimento e a produção do silenciamento, visitando autores da psicologia social, da ciência política e da psicanálise (Rosa, 2022). Como principal objetivo, o artigo procura levantar questões acerca da escuta a ser feita com indivíduos em posições desfavoráveis na sociedade (principalmente devido a fatores econômicos, raciais, de gênero e etc.) e desamparados pelo estado, tão como também analisar o que define como modalidades de gestão política, que promovem controle e exploração por meio de estratégias que envolvem o uso da violência, seja por meio da angústia, culpa, vergonha ou humilhação social (Rosa, 2022). No decorrer da leitura, ficou bastante evidente que os objetivos da pesquisa e o conteúdo do artigo se alinham em seus interesses, visto que ambos giram em torno do tema da violência exercida pelo estado enquanto exploram a dicotomia entre política e psicanálise.

“A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise” (2020) é um artigo escrito por Maico Fernando Costa e Abílio da Costa-Rosa e foi pré-selecionado após a leitura do título e por apresentar dois descritores que convergem com os critérios. A pesquisa se desenvolveu através de uma revisão bibliográfica de base teórica pautada no trabalho de psicanalistas contemporâneos, porém mantendo foco em Freud e Lacan. O tema proposto gira em torno da discussão, reflexão e crítica, por meio da psicanálise, sobre a política econômica capitalista e a forma que constrói subjetividade, criando um gancho teórico entre psicanálise e as práticas políticas e seus conceitos.

Discussão:

Após a leitura dos artigos percebeu-se a similaridade deles em relação a diversos aspectos. Primeiramente, observa-se que todos apresentam uma abordagem interdisciplinar, combinando áreas de conhecimento como a psicanálise com política, sociologia, história e direito com o fim de analisar as várias faces da violência política e social. É certo também notar que alguns dos artigos preocupam-se com a construção de políticas públicas como formas eficazes de combater a violência, destacando a relevância da atuação do estado nesse assunto. Tendo isso em vista, é fato também que os artigos selecionados sustentam tom claramente crítico em relação às instituições governamentais, visto o papel ativo que elas têm ao perpetuar a violência analisada, seja através do silenciamento, do desamparo, do racismo institucional ou do uso da violência como ferramenta de controle político.

Embora pouco discutida, a violência contra populações indígenas durante a ditadura militar é marcada por violações aos direitos humanos e traumas que cobram a conta até hoje. O caso do Reformatório Krenak é um claro exemplo entre os inúmeros episódios em nossa história de que nem todos pagam o mesmo preço pela segurança da civilização (Rosa, 2022). Construído entre 1969 e 1973, dentro de terras indígenas, o centro de detenção teve seus serviços direcionados especificamente para indígenas em conflito com a lei; sendo que, em seus quatro anos de funcionamento, recebeu 15 etnias e detentos de aproximadamente 11 estados (MPF, 2015, p. 16 *apud* Gonçalves, 2017). Dentre as violências produzidas nesse espaço estavam: usurpação do trabalho indígena, confinamento e abuso de poder, expulsão, remoção e intrusão de terras indígenas, desagregação social e extermínio (MPF, 2015, p. 16 *apud* Gonçalves, 2017); um verdadeiro campo de concentração. Além dos Krenak, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, são citados mais 29 outros casos de povos que passaram por situações semelhantes, mostrando que a produção deste sofrimento não se resume a um mero evento isolado (MPF, 2015, p. 16 *apud* Gonçalves, 2017).

Para contexto, vale lembrar que apesar de ser um termo recorrentemente usado na própria psicanálise, sofrimento não se configura exatamente como um conceito, sendo assim referenciado através da temática da angústia, do mal-estar, do desamparo e etc., assim como também representado no princípio do prazer e/ou desprazer; eixo constituinte do psiquismo (Rosa, 2022).

No contrato social, todos possuem sua parcela de restrições pulsionais exigidas em troca do pertencimento e conseqüente proteção (Rosa, 2022). Entretanto, num sistema capitalista, a desigualdade vira tema crucial de discussão quando falamos dessas restrições pulsionais. Como dito antes: alguns pagam mais que outros; seja num âmbito individual ou

coletivo, no sofrimento e no mal-estar (Rosa, 2022). A violência vira ferramenta chave para a manutenção dos mecanismos sociais que regem o status quo: populações vulneráveis continuarão a ser oprimidas e o poder permanecerá centralizado nas mãos de um Estado que opera com base em interesses próprios. E, assim, as respostas geradas pela massa oprimida serão também de violência, que em troca será oprimida com validação da lei; é um sistema que produz e se alimenta da própria carne e sangue.

A violência social não é dado natural, mas sim uma construção que atua em serviço da necessidade de grupos se auto-preservarem (Freud, 1933 *apud* Kon; Silva; Abud, 2017, p. 61). A desigualdade social cria grupos, cada grupo desenvolve sua cultura, culturas criam limites e direcionam suas emoções agressivas para fora do grupo: cria-se assim a imagem do estrangeiro como um inimigo; é o mecanismo de defesa dos coletivos (Kon; Silva; Abud, 2017, p. 60). A mera existência do estrangeiro torna-se válvula de escape para a recusa em lidar com os próprios impulsos agressivos, logo, ele é posto em posição de submissão perante o status quo; se questionar, estará incomodando e será reprimido com violência. O oprimido é proibido de sofrer, ou de pelo menos falar de seu sofrimento, gerando um mal-estar intenso e ameaçador que causa grande frustração pulsional (Rouanet, 1993, p. 115 *apud* Rosa, 2022).

Tendo isso em vista, torna-se ainda mais importante o lugar das políticas públicas em nossa sociedade como principal ferramenta reparatória contra a produção da desigualdade acumulada ao longo do processo histórico de grupos vulneráveis, visando ampliar o acesso à educação, saúde, trabalho, bens materiais e segurança (Vigano; Laffin, 2019).

Infelizmente, no Brasil permanece uma compreensão quase sempre equivocada quanto às políticas públicas e quaisquer ações afirmativas; com frequência é percebida a concepção de que essas medidas se reduzem a auxílios financeiros, cotas raciais ou de escola pública para ingresso no ensino superior (Vigano; Laffin, 2019). Muitas vezes essas medidas são julgadas como muleta desnecessária e excessiva, ou até mesmo ridicularizadas, especialmente por quem não precisa fazer uso desse tipo de benefício que, por sua vez, também possui inúmeros entraves para seu acesso. Entretanto, há ações afirmativas e políticas públicas de diversas formas que abrangem vários grupos; entre estas, há as que se relacionam diretamente com a violência contra mulheres que, tendo assim causas baseadas em gênero ou orientação sexual, também se encaixam como violência política (Vigano; Laffin, 2019).

Assim como em outros casos, as ações afirmativas para mulheres são resultado do reconhecimento de um sofrimento discriminatório e violento ao qual esse grupo foi exposto no decorrer de uma história estruturada com base na hierarquia de gênero, cunhada nos

moldes do patriarcado (Vigano; Laffin, 2019). Mais uma vez, a questão do trato social onde uns pagam mais que outros vem à tona e os papéis são designados com a imposição de uma cultura construída em uma narrativa de caráter biológico (Poggio, 2012 *apud* Vigano; Laffin, 2019). Não apenas cor, raça e etnia, mas também discutir sobre a violência de gênero é fundamental para evidenciar determinismos impostos na nossa sociedade (Poggio, 2012 *apud* Vigano; Laffin, 2019). A recusa de muitos em dar cabo à pauta apenas prova o ponto, pois é sintoma dessas injunções sociais e culturais (Poggio, 2012 *apud* Vigano; Laffin, 2019), perpetradas por aqueles que possuem o mesmo poder de validá-las, logo, tão presentes historicamente que são naturalizadas na sociedade.

Um claro exemplo do silenciamento de uma minoria, no caso, feminina, é o pouco espaço reservado para sua representação nos contextos parlamentares, como no Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados. O conselho em questão foi criado em outubro de 2001, sendo sua principal função cuidar da disciplinarização e penalização em casos de descumprimento de normas relativas à integridade da Câmara dos Deputados (Pinho, 2020). Nota-se que desde 2001 em sua primeira composição, como indicado no anexo A localizado na página 22, até 2019, a representação feminina no conselho nunca ultrapassou os meros 11% (Pinho, 2020).

Ainda num contexto parlamentar, vem à tona uma violência política mais específica, mas ainda permeada pelas variáveis sociais cravadas a fundo em nossa cultura. A violência política de causas ideológicas e partidárias é explicitada principalmente em períodos eleitorais. No Brasil, temos documentos históricos que apontam as práticas de perseguição de adversários e coação de eleitores como instrumentos de dominação datados desde a República Velha (Leal, 1975 *apud* Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022). Embora até pouco tempo atrás esse dado não tenha estado entre as pautas mais pesquisadas configuradas na agenda, foi durante as eleições municipais de 2020 que diferentes veículos de imprensa, pesquisadores e organizações sociais divulgaram coletas de dados realizadas pelos próprios meios sobre a incidência de atentados e outras formas de violência contra figuras políticas (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022); dado comum entre todos era a escalada desse tipo de violência em anos eleitorais.

No artigo “Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020” (2022), selecionado para a pesquisa, foi feito um levantamento de dados cobrindo o período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020; nessa amostra foi constatada a ocorrência de 485 casos entre todas as modalidades de violência contra figuras eleitorais. Um fato interessante, e possível objeto de reflexão, é que nesse estudo foi concluído que a maioria das vítimas são

homens brancos de alta escolaridade filiados a partidos de centro-direita. Entretanto, como dado factual, porém contraditório, constatado por um modelo log-linear sob o paradigma bayesiano, é também concluído que mais suscetíveis a esse tipo de violência são políticos não brancos e de baixa escolaridade (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022). Tendo isso em vista, somos mais uma vez introduzidos à questão da representatividade nas esferas políticas, ocupadas majoritariamente por um público branco e masculino; é de se esperar que, quantitativamente, essas sejam as maiores vítimas de violência eleitoral, afinal, são a maioria neste degrau de poder.

Enfim, após analisar boa parte das possíveis faces em que se manifesta a violência como instrumento político e cultural, é apropriado o seguinte questionamento: onde a psicanálise entra nisso? Primeiramente, é conveniente esclarecer que, do ponto de vista da ética da psicanálise, não é de forma alguma inadequado o analista tomar um posicionamento perante as demandas sociais e as violências que acometem a população (Costa; Rosa, 2020); como instituição e como ciência, a psicanálise não está isenta do cenário político, logo, não tem o luxo de ser neutra, seja no molde que for. O artigo “A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise” (2020) põe essa questão em perspectiva.

Segundo alguns analistas, a política é o que engendra o gozo e o desejo nos acontecimentos aos quais os sujeitos experimentam em relações sociais compartilhadas. Não é apenas sobre gerar um governo, onde um sujeito exerce poder sobre o outro, mas também sobre o que diz respeito a uma produção; consenso do que é comum, apropriado e elegível para a sociedade (Rosa, 2016 *apud* Costa; Rosa, 2020). A política vai além de ideias veiculadas entre povos, mas também se faz de ações impregnadas de ideias e dos atos que as materializam; possui uma forma determinada de enxergar o mundo, se posicionar, de fazer escolhas e conceber as diferenças entre sujeitos (Costa; Rosa, 2020). Como já dito antes, a política tem como base sustentadora as relações de poder e domínio entre os grupos e seu lugar na regulação dos laços - pois bem, essa ideia é definida por Lacan como discurso do capitalista (Lacan, 1974 *apud* Costa; Rosa, 2020): pilar de uma cultura de valores que favorecem ímpetos narcisistas e dão impulso a ideologias de competitividade (Costa; Rosa, 2020), dando máscara romântica às inúmeras modalidades de violência contidas na miséria e nas catástrofes ditas naturais que sempre afetam mais aqueles mais frágeis na organização social e com menos recursos para atenuar os efeitos da natureza (Rosa, 2016 *apud* Costa; Rosa, 2020).

O sujeito envolvido na maquinaria do poder é constituído pelo discurso do capitalista, podendo inferir um Outro não barrado, sustentando-se numa ideia de mito da igualdade,

onipotência e auto-estima, acaba por não admitir equívoco, separação, falta ou diferença (Costa; Rosa, 2020). Chamamos assim a atenção para as consequências da política econômica capitalista, estruturada nas engrenagens do lucro, do consumo e da exploração de uma classe trabalhadora às margens da sociedade (Costa; Rosa, 2020); política essa que através do exercício do poder está diretamente ligada ao Estado. O Estado, em seu ideário neoliberal, enquanto alinhado com os interesses do capital, verá de conceder as condições propícias para o acúmulo de capital, favorecendo a classe social que detém a maior quantidade de riquezas, logo, o maior poder de compra (Góes, 2008 *apud* Costa; Rosa, 2020). Ou seja, o interesse público sempre vem depois.

Freud já argumentava que toda psicologia individual é também social (Freud, 1921 *apud* Costa; Rosa, 2020), logo, não soa falso testemunho a crença de que as instituições políticas e econômicas incidem sua luz ofuscante sobre todas as camadas da vida social (Costa; Rosa, 2020). Assim, é também atravessada por essas organizações a nível de Estado a própria psicanálise, tornando seu dever analisar e expor suas questões para que não sejam mantidas em lugar de naturalização, afinal, tal construção é imposta por um Outro.

Por meio da psicanálise lacaniana, Costa e Rosa (2020) afirmam que definimos o Outro como lugar de verdade, sendo ele o campo simbólico e da linguagem através do qual se determina o sujeito: a estrutura primordial do desejo é constituída com base na consistência desse Outro. Bebês vêm ao mundo marcados por um discurso que descreve a fantasia de seus progenitores, como também a cultura, a classe social, a língua e a época (Jorge; Ferreira, 2005, p. 44 *apud* Costa; Rosa, 2020). Segundo Freud (1921), não enxergamos motivos para duvidar do sujeito que, agindo com seu inconsciente, atua com base nos códigos e ideais transmitidos pelas referências de seus progenitores, afinal, eles próprios também criaram sua subjetividade pelos ideais socioculturais de seu tempo (Freud, 1921 *apud* Costa; Rosa, 2020). A experiência psíquica em si não está imune ao que acontece na realidade, logo, está sujeita aos eventos produzidos pela política social monetarizada (Zizek, 1996 *apud* Costa; Rosa, 2020).

Seguindo uma linha semelhante, Lacan (1975) argumenta que há também no campo do Outro o mercado, onde estão inscritos ideais socioculturais em que o sujeito se subjetiva, os conceitos e noções que ligam-se a ideias de mérito, além de valores e princípios que propagam as futuras escolhas e preferências (Lacan, 1975 *apud* Costa; Rosa, 2020). No que diz respeito à noção de mérito, vemos o sintoma do discurso do capitalista: para ser é necessário ter. A competitividade entre sujeitos vem acompanhada de uma ideia de merecimento, e que para ser no mundo é preciso ter ou, no caso, ser melhor/vencer que o

outro semelhante (Costa; Rosa, 2020). Logo, tendo em perspectiva uma sociedade sustentada em princípios meritocráticos, na qual por imposição de um Outro absoluto a competitividade e o ideal de merecimento das conquistas impelem o gozo (Checchia, 2015; Rosa, 2016; Rozitchner, 1989 *apud* Costa; Rosa, 2020), o que se entende por desigualdade social não é sequer considerado pauta de debate; é negado, conceito recalçado (Costa; Rosa, 2020).

A fim de alcançar o progresso da subversão desse status quo meritocrático imposto pelo discurso do capitalista em que a voz de uns tem mais peso que a de outros, Lacan, em interlocução com Marx, posiciona-se de maneira a defender a democratização das oportunidades de condição à palavra e ao desejo para todos (Costa; Rosa, 2020); o que deve ser um posicionamento padrão dos analistas.

A fim de criar um elo dialético mais específico com o Brasil atual, o artigo “Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. Psicanálise e política, 1920 e 2020” (Rodrigues, 2022) se propõe a apontar os desamparos experienciados pela nação durante a pandemia do Covid-19 e expor o negacionismo, o esfacelamento das políticas públicas e o desgoverno. Fazendo uso da psicanálise como ferramenta de análise das violências políticas perpetradas nesse período, Rodrigues (2022) argumenta em prol da responsabilização da gestão Bolsonaro quanto ao desgoverno implementado perante a crise do coronavírus; a implementação errática de políticas ineficientes, a falta de cuidado com a vida humana e a mobilização de notícias falsas e informações sem comprovação científica, além do constante descrédito em relação às autoridades sanitárias, representam a pura essência de um sistema de motivações ocultas, apegado às próprias mentiras (Rodrigues, 2022) como forma de proteger seus interesses.

Antes de prosseguir com a discussão, é válido analisar a figura do próprio ex-presidente quando em perspectiva da nossa própria cultura. Enquanto surfando numa moda de anti-petismo, por volta de 2018, justificada na época em decorrência dos inúmeros escândalos de governo que vinham à tona, Jair Bolsonaro ascende de maneira quase que meteórica e logo se torna um preferido nas eleições por vir.

Enfim, a história está aí para mostrar o desfecho, pois, em troca da crença no milagre, a nação brasileira ganhou um líder imprevisível e logo se viu afundada num contexto de ingovernabilidade em que poderes e as capacidades da democracia estiveram numa linha tênue entre ausência e insuficiência, tornando por extrapolar para além da instância política uma das piores crises sanitárias já vividas na história recente (Rodrigues, 2022).

Em seu texto, “Pacto Edípico, Pacto Social” (1983), Hélio Pellegrino discorre sobre uma questão edípica do capitalismo, argumentando que os que permanecem no poder não

renunciam às suas pulsões, exercendo cargo de maneira autoritária e onipotente enquanto recusam-se a reconhecer o lugar de existência dos grupos minoritários e marginalizados. Talvez aí esteja uma explicação para a dissonância entre o ex-presidente e uma considerável parte da população perante o momento de crise.

Desde o começo da pandemia, veio se acentuando uma lógica de sucateamento de políticas de saúde e direitos humanos, fruto do posicionamento negacionista radical do ex-presidente em relação ao coronavírus (Rodrigues, 2022). Claro desdobramento disso foi a denominada antipolítica que, com base num discurso reativo que procurou engajar suas bases, transformou a política em um verdadeiro campo de batalha (Avritzer, 2021, p. 15 *apud* Rodrigues, 2022); o que antes já era difícil de se trabalhar, considerando todas as desigualdades e violências já incrustadas em nossa cultura, ainda mais impraticável na medida que foram sendo reduzidas as possibilidades de diálogo e negociação entre poderes, sejam partidos políticos, agentes públicos ou privados (Avritzer, 2021, p. 15 *apud* Rodrigues, 2022). A recusa do diálogo é um luxo reservado aos detentores do poder e da lei, ato de raízes imperialistas calcado nos passos da ditadura militar e claro sintoma da não renúncia das pulsões, impulsionada pelo capitalismo; se não é firmado o pacto edípico, não é firmado o pacto social (Pellegrino, 1983).

Isso posto, existe a necessidade de incluir a psicanálise para tratar a população, resgatar o pensamento por meio da escuta e intervir em oposição ao mal-estar político vivido hoje; refundar a política (Rodrigues, 2022) de um modo que nós, enquanto analistas, possamos romper com a invisibilização dos sujeitos historicamente largados às margens da sociedade (Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022).

Por isso, Canavê e Verztman (2021) convocam para a prática de uma escuta psicanalítica ativamente decolonial que procura desconstruir a falsa ideia de um sujeito neutro e apolítico, possibilitando o reconhecimento dos sofrimentos e violências a que grupos específicos são expostos dada a configuração capitalista da desigualdade social (Canavê; Verztman, 2021, *apud* Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022). A indiferença perante esses fatores só viria a contribuir para a reprodução incessante do trauma e da conservação perversa dos silenciamentos e frustrações pulsionais que hoje já acarretam a população, tirando a possibilidade do testemunho necessário para uma escuta efetivamente psicanalítica e em direção ao progresso da democratização dos direitos de fala (Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022); nosso maior instrumento.

Considerações finais:

É perceptível a importância e a necessidade de uma psicanálise ativa em perspectiva das discussões sócio-políticas, principalmente no que se diz respeito à democratização da fala e da escuta fora de um contexto estritamente clínico. A psicanálise não é neutra e precisa se posicionar perante as violências propagadas por meio do discurso político contemporâneo, naturalizado pelo conformismo com o silenciamento social enquanto regado pelo mais puro ódio.

Embora rica, a pesquisa ainda deixa de cobrir muitos pormenores e variáveis enquanto discutindo a desigualdade social, tal como, por exemplo, a caracterização patriarcal da sociedade brasileira que permite que certas violências sejam produzidas; ou até mesmo uma leitura mais profunda da ditadura militar e suas figuras como forma de analisar os impactos de suas ideologias na política de hoje.

Além disso, poderia também ser aplicado um questionário como forma de coletar dados mais específicos acerca da população e sua experiência com a violência política. Isso até foi uma ideia cogitada para a pesquisa, mas não foi implementada por restrições de tempo; fica aí uma ideia para outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. et al. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, p. e3710803, 2022.

COSTA, M. F.; COSTA-ROSA, A. DA. A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, n. 2, p. 12–23, maio 2020.

GONÇALVES, B. S. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 186–196, 2017.

KON, N. M.; DA SILVA, M. L.; ABUD, C. C. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. 2a edição. São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

LAURIS, É.; HASHIZUME, M. **Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Curitiba, Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.

PACHECO-FERREIRA, F.; MENDES, R. DE O. QUEM PAGA O PATHOS? PSICANÁLISE E CLÍNICA SOCIAL. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 25, n. 1, p. 44–51, jan. 2022.

PELLEGRINO, H. **Pacto Edípico e Pacto Social**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1983. Disponível em: <http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/ponto-vista/287-pacto-edipico-e-pacto-social-helio-pellegrino>. Acesso em: 20 maio 2024.

PINHO, T. R. DE. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. e67271, 2020.

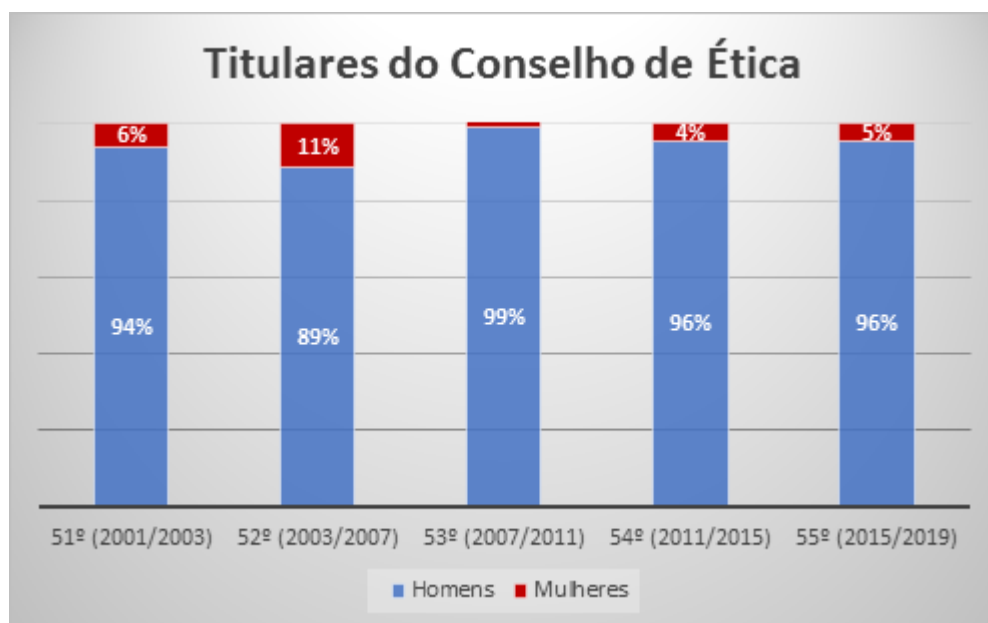
RODRIGUES, M. M. A. Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. Psicanálise e política, 1920 e 2020. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 25, n. 3, p. 731–751, jul. 2022.

ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e242179, 2022.

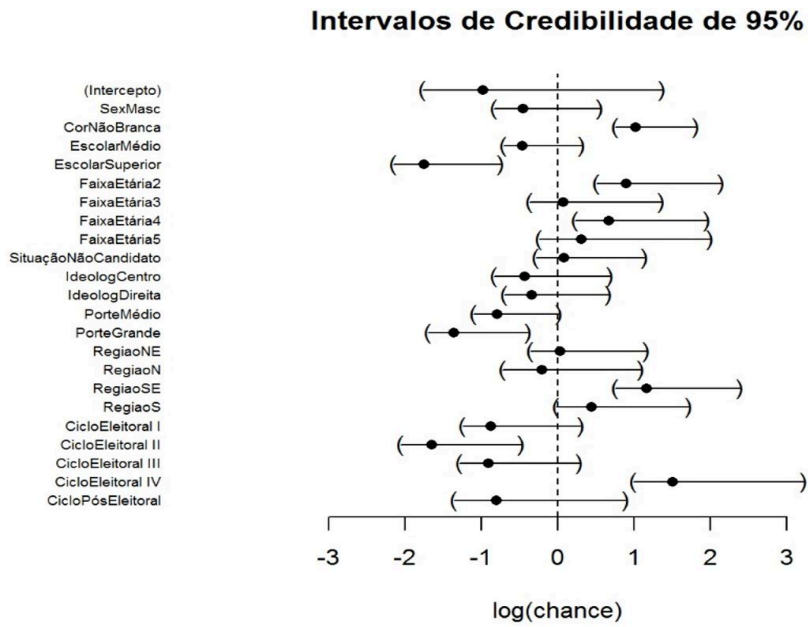
SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. 2a edição. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

VIGANO, S. DE M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História (São Paulo)**, v. 38, p. e2019054, 2019.

ANEXO A - Gráfico de representatividade de gênero dos membros do conselho de ética entre 2001 e 2019 (Pinho, 2020)



ANEXO B - Modelo log-linear: Variáveis de suscetibilidade ao sofrimento de violência eleitoral (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022)



APÊNDICE A - Tabela de presença de causas de violência por artigo usado

Artigos	Causas partidárias	Gênero e Orientação sexual	Econômicas e Territoriais	Étnico-raciais e Culturais religiosas
1- Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados		X		
2- Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak				X
3- Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero		X		
4- Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020	X		X	X
5- QUEM PAGA O PATHOS? PSICANÁLISE E CLÍNICA SOCIAL				
6- A violência doméstica e racismo contra mulheres negras		X		X
7- Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. Psicanálise e política, 1920 e 2020	X			
8- Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica		X	X	X
9- A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise			X	

APÊNDICE B - Tabela com ano, autores e informações sobre os artigos usados

Artigo	Ano de publicação	Autores	Sobre
1	2020	Tássia Rabelo de Pinho	O texto "Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados" (2020) é um artigo que fala sobre a violência com causas baseadas em gênero, entretanto, com uma especificação interessante; se pauta principalmente nos casos de denúncias realizadas por parlamentares mulheres em relação a abusos e violências sofridas no contexto do Congresso Nacional entre os anos de 2002 e 2018.
2	2017	Bruno Simões Gonçalves	O artigo "Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak" (2017) busca expor os efeitos traumatizantes acarretados à população indígena Krenak durante a época da ditadura militar, tanto em nível individual quanto coletivo (Gonçalves, 2017).
3	2019	Samira de M. M. Viganó; Maria H. L. F. Laffin	O artigo "Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero" (2019) se propõe a fazer uma leitura histórica acerca dos mecanismos que motivaram a luta feminista contra seus opressores, além de também discutir o lugar das políticas públicas como ferramenta de reparação histórica.
4	2022	Felipe Borba, Vinicius Israel, Miguel P. Carnevale; Pedro Bahia	A pré-seleção do artigo "Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020" (2022) tem como objetivo trazer a discussão teórica acerca da violência eleitoral como um tipo de violência política (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022). Além disso, o texto também tem como objetivo medir a incidência de diferentes modalidades de violência, sendo essas homicídios, atentados, ameaças, agressões e sequestros, consumados contra figuras políticas. Foi constatado que a maioria das vítimas são em sua maioria homens brancos de alta escolaridade filiados a partidos de centro-direita. Entretanto, no estudo também foi usado um modelo log-linear sob o paradigma bayesiano que revelou a maior probabilidade de tais violências acarretarem políticos não brancos e de baixa escolaridade (Borba; Israel; Carnevale; Bahia, 2022).
5	2022	Fernanda Pacheco-Ferreira; Roberta de Oliveira Mendes	O artigo "QUEM PAGA O PATHOS? PSICANÁLISE E CLÍNICA SOCIAL" (2022) aborda testemunhos e debates sobre a prática psicanalítica comprometida com as dimensões políticas e sociais, interessada em expandir os horizontes de atuação (Ferreira; Mendes, 2022). Tendo isso em perspectiva torna-se clara a relação entre artigo e pesquisa, visto que ambos possuem interesse em discutir a psicanálise enquanto inserida no contexto da dimensão política-social do Brasil atual.
6	2020	Christiane Carrizo; Paloma Afonso Martins	O artigo "A violência doméstica e racismo contra mulheres negras" (2020) procura manter o foco nas questões referentes à violência contra mulheres negras no contexto doméstico, visando também discutir quanto ao lugar das políticas públicas no combate a essa violência.
7	2022	Marta Maria Assumpção Rodrigues	"Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. Psicanálise e política, 1920 e 2020" (2022) tem o objetivo de expor, discutir e criticar os posicionamentos políticos feitos pelos líderes brasileiros durante a alta da pandemia do Covid-19, discorrendo sobre os negacionismos bastante disseminados e o luto e desamparo aos quais o povo brasileiro foi submetido durante o período. No artigo, a autora também traz à tona a questão do "desgoverno" que acarretou a gestão brasileira durante o período de alta do Covid-19 e como este pôs em xeque o estado democrático do país (Rodrigues, 2022).
8	2022	Miriam Debieux Rosa	O artigo "Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica" (2022) se propõe a fazer considerações quanto à aplicação específica da escuta e forma de tratamento que deve ser dada aos casos de sofrimento sociopolítico (Rosa, 2022). A discussão do artigo pauta-se principalmente no que define como o silenciamento e o desamparo discursivo que deriva do sofrimento sócio-político e promove o abalo narcísico e a eclosão da dimensão traumática (Rosa, 2022).
9	2020	Maico Fernando Costa; Abílio da Costa-Rosa	O artigo "A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise" (2020) gira em torno da discussão, reflexão e crítica, por meio da psicanálise, sobre a política econômica capitalista e a forma que constrói subjetividade, pautando sua base teórica no trabalho de psicanalistas contemporâneos, porém mantendo foco em Freud e Lacan. O estudo se mostra de valor para o tema da pesquisa principalmente devido ao gancho teórico que cria entre psicanálise e as práticas políticas e seus conceitos, fazendo uso da estética como oportunidade de ampliação das suas possibilidades singularizantes na direção da cura (Costa; Rosa, 2020).